

metodologia (163-170), além de uma oportuna tradução portuguesa do Prólogo (154-161) a partir da edição crítica de Lindberg (Oxford 1983). Recordemos que o A. carrega consigo um significativo capital no campo das traduções filosóficas medievais para o idioma de Camões. Dado que o conjunto destas investigações remete-nos para o ano de 1976, cabe lembrar-se aqui que o tema medieval das «espécies» acaba de merecer a atenção alargada de L. Spruit, *Species Intelligibilis*, em obra lançada em Leida (E. J. Brill). Relativamente ao outro autor medieval estudado, São Tomás, a legítima e coerente leitura que o A. faz do estatuto das ciências intermédias, as mais desprezadas quando se estuda a epistemologia do teólogo, insiste particularmente quer no facto de elas testemunharem crescente aproximação entre física e matemática quer no facto de o problema ter sido ocasião para que o Aquinate expusesse a sua teoria da subalternização (p. 88). É totalmente acertado o horizonte de interpretação do A., embora pudessemos questionar uma ou outra tenção interpretativa, designadamente a relativa ao estatuto das demonstrações matemáticas, as quais, no Aquinate, nos parecem ainda muito mais relevantes. Dado o nosso público leitor, talvez não fosse também desprovido de interesse uma breve menção à temática epistemológica para que este livro de Nascimento nos remete. O que são ciências intermédias ou médias? Tentemos uma explicação breve, mas precisa e informativa: no século XIII as quatro ciências do *quadriuium* eram concebidas no interior de uma hierarquia tal, que fazia com que a música dependesse da aritmética e a astronomia (e depois a óptica) da geometria; as ciências dependentes, às quais se agregaram mais tarde a mecânica e a estática, configuravam as ciências médias, dado o simples facto topológico de se situarem algures entre as matemáticas e a filosofia natural. Vale a pena talvez pôr em relevo que ainda no séc. XV (apesar de conspícuo interregno no séc. XIV) a temática das ciências médias parece levantar o interesse dos filósofos (cf. Lindberg, D. C. (ed.) - *Science in the Middle Ages*, Chicago, 1978, 206-64). Com efeito, a questão não era meramente de cariz taxinómico ou topológico porquanto quer na Física quer sobretudo nos *Analíticos Posteriores*, Aristóteles tinha aberto a porta ao que poderia ter sido uma profícua interrogação sobre a natureza das demonstrações matemáticas no interior das ciências médias. Grosseteste, Alberto Magno e Tomás de Aquino no séc. XIII pegaram, diferentemente embora, no problema, e é seguramente aqui que a posição deste, que insiste mais do que os anteriores no papel das matemáticas, carece de estudo ainda por fazer (cf. Laird, W. R. - «Robert Grosseteste on the Subalternate Sciences», *Traditio* 43: 1987, 147-69); basicamente, tudo parece indicar que se nos deparam duas inflexões, uma ligada mais à importância das demonstrações pelas causas naturais (Grosseteste e Alberto) outra pelas matemáticas, apesar da restrição da sua aplicação às causas remotas (Aquino). Felizmente que agora passamos a possuir em português uma introdução a este interessante e relevante problema, mas aproveitáramos a ocasião para informar que também sobre a temática das ciências o leitor lusitano possui agora um comentário ao *De reductione* de S. Boaventura (Porto, 1996). Tal como aí se insistia, a epistemologia no séc. XIII caracteriza-se por uma invulgar variedade de propostas (pense-se ora na consideração da Teologia como ápice das ciências ora na atribuição de idêntico lugar v. g. para a medicina, na proposta de Pedro Hispano: cf. *Bulletin de Philosophie Médiévale*, 1996, p. 53 sg.). No que diz respeito agora a Galilei, importa só distinguir que o dossier aberto por Duhem, restringido por A. Maier, foi depois precisado por autores tão pregnantes, e díspares nas suas teses, como W. A. Wallace, A. Carugo, A. C. Crombie, Ch. B. Schmitt, Ch. Lewis, E. D. Sylla ou S. Drake, isto é dizer, que a questão «die Vorläufer Galileis» está longe de estar encerrada. Sendo certo que não aplaudiríamos um programa de investigação relativo à questão da ciência moderna dedicado exclusivamente a Galileu (o que começa por fazer problema é o adjectivo historiográfico; vd. nosso artigo, neste mesmo lugar, in 1992, p. 352 sg.), não hesitaríamos porém em recomendar a leitura dos capítulos dedicados ao cientista italiano

(p. 171-217) a todos aqueles que entre nós aprenderam ou aprendem ainda a cesura ou ruptura epistemológica exclusivamente à luz, desfocada, dos anteriores programas de Filosofia do Ensino Secundário, dada a ênfase posta pelo A. na necessidade de situar a produção galilaica no seu próprio tempo. Sabe-se, por exemplo, como *reportationes* dos cursos dados no Collegio Romano foram influentes no conhecimento, por Galileu, das lições revolucionárias de filosofia natural dos mestres parisienses do séc. XIV; também se conhece a utilização que o sábio italiano deu aos trabalhos jesuítas no seu juvenil acesso aos *Analíticos Posteriores*, bem como a importância dos comentários daqueles sobre *O Céu e A Geração* na determinação da teoria galilaica do movimento, mas convirá não cuidar exclusivamente da filosofia como se ela só pudesse ser salva pela história. Enfim, é neste total e harmonioso percurso de investigação que importa reler Nascimento, cuja iniciativa da edição gostaríamos de saudar devidamente. Infelizmente, a obra apresenta-se-nos sem qualquer índice temático ou onomástico. Se o A. tem o bom hábito de traduzir sempre os textos primários que compulsa, ao menos nos casos mais delicados estaríamos à espera de poder confrontar a sua versão com os textos originais. Isto, naturalmente, sem pormos sequer em causa a sua maturada competência de tradutor.

Mário Santiago de Carvalho

CASTRO, José Acácio de - **O Simbolismo da Natureza em Santo António de Lisboa** (Biblioteca Humanística e Teologia: 11), Porto: Universidade Católica Portuguesa/Fundação Eng. António de Almeida, 1997, 251 p.

Trata-se do texto de uma tese de doutoramento em Filosofia defendida pelo A. na Faculdade de Filosofia de Braga, sob orientação da prestigiada antonianista Maria Cândida Pacheco (FLUP). Tanto quanto sabemos, esta será a segunda dissertação doutoral que no nosso meio se ocupa do pensamento filosófico-teológico de Santo António de Lisboa, havendo Francisco da Gama aberto esta senda num trabalho ímpar a muitos títulos, que em boa hora acaba de ser reeditado pela INCM. No caso agora em apreço, procura-se “captar como mesmo numa análise exegética, de carácter simbólico, podem discernir-se já os sinais reveladores de uma mentalidade outra, que dará à natureza uma nova consciência” (p. 8). Após um trabalho de leitura exaustivamente estrutural, o A. chegará a concluir que a abordagem da Natureza pelo nosso Santo se apresenta “como uma proposta inovadora entre as múltiplas concepções naturalistas do século XIII” (p. 237). Saudando o valor do trabalho de Acácio de Castro e a iniciativa editorial, queremos associar-nos àqueles que reclamam maior atenção à obra sermónaria de Santo António de Lisboa.

M. S. C.

AGRA ROMERO, Maria Xosé (Coordenadora) - **Corpo de Muller. Discurso, poder, cultura**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 1997), 249 p.

Os textos deste volume resultam, em grande parte, das actividades de investigação levadas a cabo por um grupo de investigadoras e docentes universitárias da Universidade

de Santiago de Compostela, apoiado pela Xunta de Galicia. Já existia em Espanha desde 1985 o texto de Celia Amorós *Hacia una crítica de la razón patriarcal* que marcou um passo importante na divulgação do trabalho teórico inspirado pelo feminismo. Quando a teoria feminista se começou a desenvolver a partir dos finais dos anos sessenta, surgiram logo os primeiros esboços de uma crítica feminista da razão. O grande tema era a pretensão de objectividade das ciências. Numa multidão de estudos de casos procurou mostrar-se que, nas diferentes ciências, os resultados da investigação estavam frequentemente distorcidos por uma visão "masculina". O feminismo começou como movimento político, como uma praxis. A teoria feminista é o conjunto de discursos que exprimem a dimensão reflexiva do movimento. Movimento extremamente complexo e poliforme quer nas suas manifestações, pressupostos e orientações. Assim, encontramos dentro da tendência dominante no mundo anglo-americano feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo libertário, etc. O feminismo de origem francesa e italiana, mais voltado para um confronto com modelos teóricos psicanalíticos ou pós-estruturalistas segue caminhos paralelos nem sempre convergentes. A adjectivação usada por cada tipo de feminismo pretende fornecer uma primeira indicação da diferença e marcar a especificidade do caminho que se quer trilhar. Também a reflexão feminista condensada nos trabalhos editados por Maria Xosé Agra Romero é adjectivada. Neste caso, propõe-se-nos um feminismo *crítico* no sentido de que se concebe o compromisso das mulheres com a teoria e com a história com algo que "é tanto crítico como constructivo, isto é, a mais de entender-se como um projecto de oposição e de "desconstrucción" dos discursos patriarcais, tenta desenvolver-se como projecto positivo, de "reconstrucción", de reconceptualización dos sistemas e os métodos de conhecimento. A neutralidade da categorización, a invisibilidade das mulheres como objectos e sujeitos do discurso filosófico, teórico e o processo pelo que a Filosofia e a Teoria social ou a Ciência se legitimam a si mesmas consideráram-se interrelacionadas e son agora o centro de atención" (8-9). Não admira, portanto, que os estudos coordenados por Maria Xosé Agra Romero se enquadrem num contexto mais próximo daquelas autoras americanas que procuram integrar na teoria feminista os elementos da teoria crítica. A publicação destes textos pretende assumir-se como resposta ao desafio teórico deste projecto reconstrutivo e sinal de afirmação face à Academia e à corrente principal não só no âmbito da filosofia como das mais diversas disciplinas na medida em que elas persistem em ignorar ou relegar para segundo plano a investigação feminista.

O primeiro estudo, da autoria de Maria Luz Pintos Peñaranda, "Corpo de muller - Ruptura e Nova Identidade" (15-57), desenvolve-se em torno de dois focos de análise, um retrospectivo e outro prospectivo. Servindo-se de elementos da análise lógica da prática quotidiana levada a cabo por Pierre Bourdieu em *Le sens pratique*, Maria Luz Peñaranda começa por analisar como surgiu e se manteve, no passado, a oposição masculino-feminino. Partindo do suposto de uma radical e originária igualdade ontológica entre todos os humanos, quer sejam homens ou mulheres, parte a autora para um segundo momento da sua análise em que se discutem as possibilidades de provocar um a ruptura dos mecanismos tradicionais de modo a chegar uma situação de efectiva igualdade "conseguindo, cada vez mais, unha forma digna e humana para tódolos homes e mulleres, e de calquera condición social, idade, raza ou crenzas culturais" (56).

Alicia H. Puleo, da Universidade de Valladolid, reflecte em "Filosofía e xénero" (61-78) sobre algumas das manifestações mais características do sistema género-sexo na filosofia. Na linha geral do volume salientam-se as potencialidades emancipatórias do discurso filosófico apresentado a obra da filósofa australiana Val Plumwood como um modelo de reflexão crítica integradora designadamente pela superação de traços essencialistas de certo ecofeminismo.

María Luísa Femenías analisa em "Apuntamentos sobre a posmodernidade e o problema suxeito-muller" (81-94), os traços comuns o feminismo norte-americano e o "posmodernismo". Convocar a análise de Foucault sobre os mecanismos do poder, por si só, não esclarece de modo minimamente satisfatório o contributo possível das "ferramentas posmodernas" para a melhor compreensão da situação das mulheres (93).

Cristina Caruncho e Purificación Mayobre procuram, em "Aprender a vivir sen fundamentos" (97-132) fazer uma síntese retrospectiva da evolução mais recente da teoria feminista. Tarefa que as autoras sabem ser complexa e muito difícil pela própria polissemia associada ao termo feminismo bem como à variedade de correntes existentes. Sabendo os riscos que correm, limitam-se a comentar alguns dos tópicos mais relevantes na produção literária feminista com maior implatação no mundo académico.

Rosa Cobo, expõe em "A democracia moderna e a exclusión das mulleres" (135-152) aquilo que é um traço comum do contratualismo moderno e da democracia ateniense, a exclusão da mulher da vida pública. Os autores mais visados são Hobbes, Locke e Rousseau. A justificação da desigualdade e da exclusão seria feita a partir de uma ontologia e de uma noção acrítica de direito natural.

Maria Xosé Agra Romero procura em "Liberalismo, antiesencialismo e xustiza" (155-182) analisar alguns desafios da teoria feminista às teorias da justiça e muito particularmente às de inspiração rawlsiana. Tomando como ponto de partida os escritos de S. M. Okin, Y. M. Young, Seyla Benhabib, Ruth A. Putnam, Agra Romero explora as possibilidades de reformulação do esquema conceptual de Rawls em ordem a dar uma resposta aceitável às críticas formuladas por estas autoras, entre outras. Tomando uma posição bastante crítica face ao último Rawls, Agra Romero caba por concluir este breve apontamento dizendo que "a teoria feminista puxo de manifesto ó longo destes últimos anos que o problema do xénero e da xustiza non é só un problema de distribución, é tamén unha cuestión política" (182). A questão, contudo, passa precisamente pela compreensão do político e pelos modelos analíticos a que se dá preferência.

Raquel Osborne, em "A politización do sexo: a dimensión da sexualidade para a discriminación de xénero" (185-213), parte da multiplicidade de discursos sobre a sexualidade na década dos sessenta para examinar como é que o feminismo reavaliou a sexualidade enquanto terreno de acção política.

Esta colectânea termina com um interessante estudo de Beatriz F. Herrero sobre "Fadas e bruxas como arquetipos morais femininos nos contos" (217-249).

Com todas as divergências que poderíamos eventualmente explicitar relativamente a cada um dos ensaios, parece-nos mais importante salientar o tom positivo dominante nesta colectânea. Não se trata apenas de discutir questões relativas à invisibilidade e marginalização das mulheres mas de criar condições para que o sexo não seja factor de discriminação ou exclusão.

A. M. Martins